

Plenários vazios, sessões sem quórum necessário para as votações e reuniões de comissões em que há mais funcionários do que deputados e senadores dão a impressão, a quem visita o Congresso Nacional, de que o Brasil ainda vive sob um regime arbitrário em que o Poder Legislativo tem apenas função decorativa e não participa das grandes decisões nacionais.

Embora reabilitado politicamente pela Nova República e pela decisão do presidente Sarney de lhe submeter as mais importantes decisões do governo, o Congresso ainda exerce com pacifonia os poderes que lhe atribuem a Constituição e o regime democrático, e pouco trabalho tem apresentado, em termos de produção legislativa, sobretudo neste início de ano eleitoral.

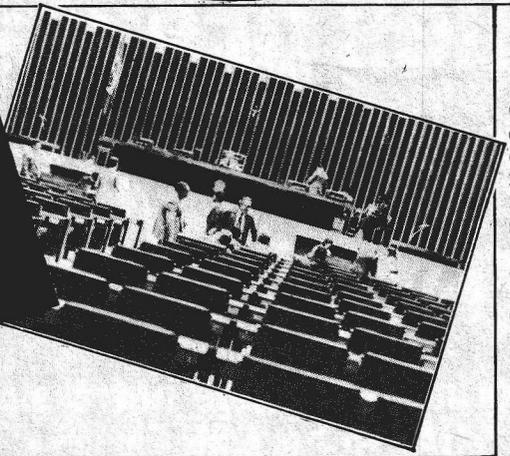
A ausência contumaz dos deputados e senadores ao plenário e às comissões técnicas, que chegou a preocupar os presidentes da Câmara e do Senado, no ano passado, está incorporada à rotina e é vista como coisa normal pelos próprios parlamentares. "Não é só no plenário que os deputados exercem o seu mandato — costuma afirmar o deputado Ulysses Guimarães, quando questionado a respeito.

Salvo alguns poucos senadores e deputados, a maioria dos parlamentares divide o seu tempo entre o gabinete, o plenário, as comissões técnicas e os ministérios, onde volta e meia vão resolver problemas de suas bases. Há também alguns que são totalmente desconhecidos dos coelgas, como Marcelo Medeiros (PMDB-RJ), que é deputado federal desde 1971 e poucas vezes ao ano vai a Brasília; ou o senador biônico Amaral Furlan (PDS-SP).

Causas

Nem a Câmara e nem os Senado exibem os plenários cheios, como acontecia nos tempos em que funcionavam no Rio de Ja-

O Congresso continua o mesmo. Sem legislar.
Nem mesmo o pacote econômico sacudiu os ânimos dos políticos, que continuam ausentes.



neiro. Mas isso, explica-se, não decorre da melhor ou pior qualidade dos novos congressistas. No Rio, o Legislativo funcionava em prédios antigos, não havia gabinetes individuais para os deputados e senadores, os quais utilizavam as bancadas dos plenários para ler os jornais e responder às cartas dos eleitores. Os telefones e sanitários eram ao lado dos plenários. Até por falta de outros locais por onde circular, os deputados e senadores, quando estavam "na Casa" estavam sempre nos plenários.

Desde a transferência do Poder Legislativo para Brasília, os plenários sofreram progressivo processo de esvaziamento. Primeiro, porque os parlamentares dispõem de gabinetes confortáveis e telefones franqueados. Segundo, porque na nova Capital eles são procurados por menor número de eleitores e não precisam mais recorrer ao plenário para fugir dos pedidos de bolsa de estudo e dinheiro para passagens. Terceiro, a ditadura militar, que dominou o País en-

tre 1964 e janeiro de 1985, esvaziou os poderes do Congresso, tornando dispensável, quando não indesejável até, a presença dos parlamentares em Brasília.

Um quarto fator contribuiu para esvaziar os plenários: a possibilidade de os parlamentares receberem a totalidade dos vencimentos, inclusive os jêtons a que têm direito pelo comparecimento às sessões, mesmo sem participar dos trabalhos. Por falta de fiscalização da presença, nenhum ausente deixou de receber integralmente os subsídios.

O recebimento indevido virou hábito e somente no ano passado, quando a imprensa passou a fiscalizar, a Câmara e o Senado começaram a estudar uma solução para o problema. A "solução" está para ser posta em prática: vai-se acabar com os jêtons, dispensando os parlamentares da presença em plenário. Com isso, não se poderá acusar os deputados e senadores de receberem indevidamente por sessões a que não

comparecem. Mas os plenários continuarão vazios.

Na Câmara

A média diária de comparecimento à Casa (anunciado) nas 16 sessões com ordem-dia até agora realizadas pela Câmara, este ano, foi de 254 deputados, acima do número mínimo (240) para deliberações, mas em nenhum momento esse número se concretizou em plenário. Por isso apenas duas proposições puderam ser votadas e aprovadas pelo voto simbólico das lideranças. Ambas autorizando viagens de deputados ao Exterior. E na pauta já se acumulam nada menos que 160 proposições, o maior número já registrado nos últimos anos.

O comparecimento ao plenário, entretanto, pode ser considerado normal. Segunda e sexta-feira são dias fracos. Mas de terça a quinta-feira, na hora do início da ordem-dia, podem ser vistos entre 80 e cem deputados, mais ou menos a mesma quantidade que se observava no ano passado. Nas votações nominais, pelo sistema eletrônico, esse número tem subido para 160 ou 180, mas não tem alcançado o quórum de 240, apesar de a lista de presença acusar, na Casa, a presença, às vezes, de mais de 300 deputados.

O congestionamento da pauta se deve a um impasse surgido em torno do primeiro item da pauta, um projeto de lei do Executivo que disciplina a ocupação de imóveis residenciais oficiais, em Brasília, por parte de servidores públicos. As lideranças do PDS, do PDT, do PTB e do PT querem excluir da proposição um dispositivo que permite a ministros de estado e outros altos funcionários (até o nível de DAS-4) receber uma residência oficial mesmo sendo (ou tendo sido nos dois anos anteriores) proprietário de imóvel residencial em Brasília. Com isso não concorda a liderança do go-

verno. E como a matéria se encontra em votação e em regime de urgência, todo dia, havendo quórum, ela é submetida a votos.

Até agora, parece não ter havido empenho maior da liderança governista em resolver a questão, mediante convocação das bancadas do PMDB e do PFL para dar número e aprovar a matéria. Mas uma solução terá de ser dada logo, pois entre as proposições que se encontram na fila, aguardando o pronunciamento do plenário, está a que autoriza o presidente Sarney a visitar Portugal e Cabo Verde, entre 3 e 11 de maio.

No Senado

Ao contrário da Câmara, no Senado a pauta de projetos não sofre nenhuma obstrução mais séria, a não ser pela iniciativa oposicionista do PDS em episódios eventuais. A recente votação do 1º Plano Nacional de Informática, o Planin, deixou bem evidente que, para votar matérias, basta existir o propósito das lideranças governistas de garantir a presença de quórum em plenário. O Planin foi aprovado numa sessão noturna com 42 votos, com uma folga, portanto, de sete votos em relação ao número mínimo (35).

No primeiro mês de atividades neste ano legislativo, ao Senado foi possível igualmente aprovar praticamente todos os projetos de resolução relativos a empréstimos a Estados e municípios que constavam da pauta. As tentativas de bloqueio para o exame desse tipo de proposição são inexpressivas e não refletem problemas político-partidários, mas tão somente uma ou outra divergência das bancadas com os governadores de seus Estados.

**Sérgio Chacon
Ari Ribeiro
Manoel Vilela**